

ASSEMBLEIA

Dia 19/08/2016, sexta-feira, às 18h no Sindema

VAMOS À LUTA POR NOSSOS DIREITOS!

Foi graças à mobilização intensa do funcionalismo público de Diadema nos primeiros meses do ano que conquistamos o reajuste dos nossos salários: 4,24% no mês de abril (repondo a “dívida” de 2015) e 2,46% no mês de junho, além da garantia da aplicação de 2,46% em setembro + 4,98% em dezembro, e os reajustes da inflação de 2015 e 2016 nos vales alimentação e refeição.

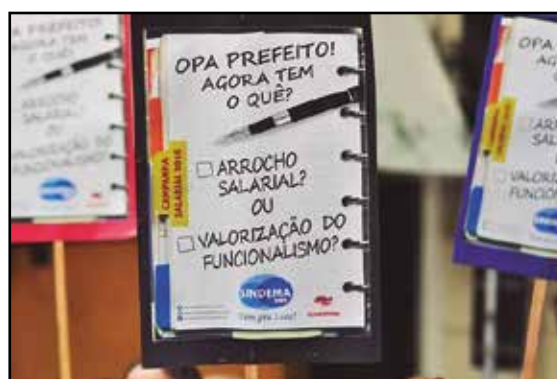
Com nossa luta evitamos que se acumulassem perdas salariais, com repercussões permanentes no futuro.

No dia 25 de julho, em cumprimento ao estabelecido no Acordo Coletivo de 2016, ocorreu a Reunião da Mesa Central de Negociação e a Direção do Sindicato reivindicou junto à Prefeitura o pagamento do abono residual, a extinção imediata da referência I e mudança de referência das/os Agentes de Cozinha e o reajuste no valor do subsídio do convênio médico.

Até o final de agosto, deve acontecer nova Reunião da Mesa Central de Negociação quando a PMD se comprometeu a responder às reivindicações pautadas.

Agora, mais do que nunca, nossa organização e luta são fundamentais para avançarmos no cumprimento de nossa pauta de reivindicações da Campanha Salarial 2016. Todos/as na Assembleia dia 19 de agosto, às 18 horas, onde aprovaremos nosso calendário de mobilização!

**SEM UNIÃO E SEM
MOBILIZAÇÃO NADA
SE CONQUISTA!**



GREVE GERAL PARA DEFENDER DIREITOS !



Somente a unidade dos trabalhadores e trabalhadoras do setor público e privado, do campo e da cidade, em todo o país, pode barrar a retirada de direitos.

É hora de organizar a greve geral de toda a classe trabalhadora.

Em apenas três meses, o governo golpista de Temer está prometendo e promovendo a maior ofensiva contra os direitos da classe trabalhadora já vista no nosso país.

É o retrocesso dos direitos conquistados há pelo menos 80 anos, desde a CLT, passando pelas principais conquistas da Constituição de 1988 e os avanços conquistados até 2014. Tudo o que significa um mínimo de garantia de direitos econômicos, políticos e sociais está na mira dos golpistas.

Querem impor uma reforma trabalhista que permita rebaixamento dos salários, terceirização sem limites, o fim das mínimas garantias da CLT com o negociado prevalecendo sobre a Lei.

Os golpistas defendem também uma reforma da previdência com falsos argumentos e dados maquiados, trata-se de condenar esta e as futuras gerações a anos a mais de exploração e a sustentação e a ampliação dos lucrativos negócios da previdência privada. Querem inclusive acabar com os regimes próprios de previdência, como o IPRED e colocar todos no regime geral, com o valor máximo de aposentadoria limitado ao teto do INSS, abrindo terreno para os planos privados de previdência suplementar.

Os serviços públicos estão sendo atacados com uma política de ajuste fiscal sem precedentes através do PL 257 e PEC 241, que se aprovados comprometerão os investimentos públicos por pelo menos duas décadas, atingindo sem exceção todas as políticas sociais e os direitos dos trabalhadores do setor público.

Esta política impede reajustes salariais, as progressões e benefícios de planos de carreira ficarão limitados ao que é estabelecido aos servidores federais, fim das contratações e concursos públicos, elevação das alíquotas de contribuição previdenciária dos servidores dos regimes próprios de 14% para 28

Para atingir seus objetivos centrais, os golpistas precisam criar um ambiente ultraconservador, de criminalização do movimento popular e sindical e aprovação de propostas totalitárias como a tal "Escola sem Partido", que é um ataque aos professores e a educação crítica e popular.

A CUT, as categorias e os sindicatos estão realizando assembleias e plenárias para debater com os trabalhadores e as trabalhadoras a gravidade da situação e a necessidade de construção da greve geral.

Agora no segundo semestre há campanhas salariais de categorias importantes tais como petroleiros, metalúrgicos, químicos, bancários, correios e diversas estatais. A perspectiva da CUT é a unificação destas campanhas para avançar na construção da greve geral, na conscientização e na mobilização de milhares de trabalhadores, mostrando que estão em perigo real e imediato os direitos econômicos, políticos e sociais.

Uma crescente mobilização da classe trabalhadora e a greve geral são os pontos chave para deter o maior assalto e retrocesso dos direitos duramente conquistados em décadas de lutas.

A unidade da maioria da classe trabalhadora e das centrais sindicais na defesa dos direitos ameaçados é fator decisivo para derrotar os objetivos do governo golpista.

É preciso construir a unidade em torno da defesa de direitos e com base numa pauta concreta de exigências e reivindicações. Conscientizar, organizar e mobilizar a classe trabalhadora e marcar a melhor data para a greve geral.

A direção do Sindema, consciente da ameaça aos direitos da categoria e da destruição do serviço público debaterá nas bases, nos locais de trabalho e em assembleia a necessidade de estarmos juntos nesta luta, rumo à greve geral.

Só quem luta constrói o caminho da vitória!

PL 257 e PEC 241

Confira as consequências nefastas destes projetos para os serviços públicos:

- ✓ Não concessão de vantagem, aumento, reajustes ou adequação de remunerações de servidores;
- ✓ Limitação do crescimento das outras despesas;
- ✓ Vedação a edição de novas leis ou a criação de programas que concedam ou ampliem incentivos ou benefícios;
- ✓ Suspensão da admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, o que significaria o fim dos concursos públicos
- ✓ Elevação das alíquotas de contribuição previdenciária dos servidores e patronal ao regime próprio de previdência social para 14% (quatorze por cento) e 28% (vinte e oito por cento)
- ✓ Reforma do regime jurídico dos servidores ativos e inativos, civis e militares, para limitar os benefícios, as progressões e as vantagens ao que é estabelecido para os servidores da União;
- ✓ Redução de 10% nas despesas com cargos de livre provimento;
- ✓ Contabilização das despesas com terceirização de mão de obra e outras formas de contratação nas despesas de pessoal;
- ✓ Transferência de bens e participações acionárias dos Estados para a União, que fará a alienação, ou privatização;
- ✓ Fim das vinculações constitucionais de investimento na saúde e da educação.

**DIA 19 DE AGOSTO TEM ASSEMBLEIA.
É HORA DE MOBILIZAÇÃO!
CAMPANHA SALARIAL
2016 EM PAUTA:
VEJA O QUE ESTÁ EM “JOGO”**

1) Pagamento de abono compensatório referente a “dívida” de 2015: Como a parcela do que a PMD ficou devendo de 2015 (4,24%) foi pago apenas em abril de 2016, a prefeitura demorou 14 meses para pagar o reajuste em 4 parcelas. O parcelamento provocou uma perda salarial residual equivalente a 68% de um salário mensal de fevereiro de 2015. Nossa luta é para esta perda residual seja paga em forma de abono compensatório.

2) Pagamento de abono compensatório referente ao parcelamento da inflação 2015-2016: Como a inflação de período 2015-2016 foi parcelada em três vezes ao longo de 2016, os funcionários terão uma perda salarial residual equivalente a 61,42% de um salário mensal de fevereiro de 2016. Nossa luta é para que esta perda residual seja paga em forma de abono compensatório.

3) Extinção imediata da Referência 1, com elevação do piso salarial do funcionalismo. Enquadramento na referência 2 das/os atuais ocupantes do cargo de agente de serviços de cozinha I: Essa luta importante pela extinção da referência 1 e elevação do piso salarial do Funcionalismo Público de Diadema foi travada pelo Sindema em 2008, quando todos os cargos ocupados na época, que estavam na referência 1, passaram para a referência 2, sem que fosse, no entanto, extinta a referência 1. Em 2014, nova batalha foi ganha quando cerca de 98 servidores/as ocupantes dos cargos de agentes de serviços gerais tiveram ganhos de 13,08% com a mudança da referência 1 para a referência 2. Estamos negociando com a PMD para que essa reivindicação seja atendida.

4) Reajuste no valor do subsídio do convênio médico: criado em 2004, no valor de R\$ 40,00, o subsídio do Convênio Médico teve seu primeiro reajuste apenas em 2008 passando de R\$ 40,00 para R\$ 64,00. Em 2014 foi reajustado de R\$ 64,00 para R\$ 74,00 e em 2015 de R\$ 74,00 para R\$ 81,36. Hoje cerca de 60% dos/as servidores possuem os Convênios Médicos Intermédica e Santamalia e são beneficiados com esse subsídio. Estamos negociando com a PMD o reajuste do subsídio do convênio médico já que as operadoras de saúde fazem jogo duro e jogam pro trabalhador a conta dos reajustes exorbitantes.

**IPRED: TOMAM POSSE OS/AS
ELEITOS/AS PARA O TRIÊNIO
2016-2019**

Em 23 de junho de 2016, tomaram posse a diretora previdenciária Shirley, o Conselho Fiscal – Raphael (titular ativos) e Dra. Pappi (titular aposentados) e os conselheiros deliberativos do IPRED eleitos pelos/as servidores/as para um mandato de três anos à frente do nosso Instituto: Mário (Ipred), Robson (Ubs Abc), Alex (Paço), Profa. Zildete (EM Albino de Freitas) – Titulares; e Douglas (CAPS AD), Zezinho HM, Ana Lúcia (UBS Centro) e Rosa (Central de Atendimento) – Suplentes; além da servidora aposentada Deusa (Inativos).

Tem acento no Conselho Deliberativo do IPRED, além do Conselheiros/as eleitos/as, os/as conselheiros/as indicados pela Prefeitura de Diadema e os/as diretores/as Ana Maria da Silva Santos (titular) e Marcos Henrique Almeida da Costa (suplente), indicados para representar o Sindicato dos Funcionários Públicos de Diadema neste Conselho.

O IPRED é uma conquista e deve ser defendido pela categoria e por seus/suas representantes na diretoria e nos conselhos deliberativo e fiscal. Vamos exigir uma gestão transparente e responsável do nosso Instituto! Vamos defender nosso patrimônio com unhas e dentes!

**DEM AÍ O 1º PASSEIO
DOS/AS SERVIDORES/AS
APOSENTADOS/AS!**



Realizaremos o 1º Passeio dos/as servidores/as aposentados/as no dia **25 de setembro** para o Recanto JB, em Cotia. A saída está prevista para 6h30 e o retorno às 17h. O valor é de R\$ 85 para associados e R\$ 100 para não sócios e inclui transporte, café da manhã, almoço e lanche da tarde. Será um dia agradável de descontração e convivência! Os/as interessados devem entrar em contato com Marli, no Sindema ou pelo telefone 4053-2930.

Confira as atrações do Recanto JB no site www.recantojb.com.br

**FALTAM PROFISSIONAIS, REMÉDIOS E ATÉ MATERIAIS BÁSICOS:
OS VELHOS PROBLEMAS DA SAÚDE EM DIADEMA**



A falta de condições adequadas de trabalho e o autoritarismo da gestão da saúde fizeram com que muitos profissionais deixassem a prefeitura de Diadema. Dessa forma, Hospital, Pronto Socorro, CAPS e as equipes do Programa de Saúde da Família estão desfalcadas.

As equipes do PSF devem funcionar com, no mínimo, um médico, um enfermeiro, um técnico de enfermagem e um agente comunitário de saúde. Porém, por conta da ausência de profissionais, muitas equipes acabam atendendo um número maior de habitantes que o preconizado pelo SUS e, muitas vezes, os profissionais de uma equipe acabam dando apoio para outras duas equipes. Ou seja, não há sequer as condições mínimas de atendimento digno à população.

No Hospital e equipamentos 24 horas, a sobrecarga de trabalho e o ambiente tenso atingem a saúde dos/as trabalhadores/as. Faltam profissionais, faltam materiais básicos para o atendimento da população, como medicamentos para curativos, lençóis e cobertores para pacientes internados. Na farmácia, falta anticoncepcionais, vitaminas para bebês e remédios para hipertensos, diabéticos e até para a realização de inalações, entre outros. A revolta dos pacientes recai principalmente nos funcionários que também são vítimas da má gestão.

Os profissionais da saúde fazem sua parte enfrentando as dificuldades e as precárias condições de trabalho com o compromisso de assegurar o melhor atendimento possível à população de Diadema.

Os/as trabalhadores/as da Saúde e a população não podem ser penalizados pela má gestão da Prefeitura de Diadema. Nossa luta é por melhores condições de trabalho e para oferecer um atendimento de qualidade na Saúde que é direito da população!

EDUCAÇÃO

TERCEIRIZAÇÃO É O PROBLEMA, NÃO A SOLUÇÃO!

Creches inauguradas às pressas foram entregues para entidades privadas

A terceirização do serviço público em Diadema corre a passos largos. A Educação é o atual alvo do governo que, ao invés de fortalecer e melhorar o serviço público se esforça para rifar os equipamentos, delegando suas obrigações para entidades ou grandes empresas, terceirizando inclusive a responsabilidade do serviço que a prefeitura deve prestar com eficiência.

Assim ocorreu com 2 creches novas do município, Naval e Ilhéus, que tiveram suas obras paradas no início da gestão Lauro Michels, e às vésperas da eleição, na corrida contra o prazo da lei eleitoral, foram entregues no prazo limite, no sábado de 2 de julho.

A Secretaria de Educação quando questionada sobre a entrega dos prédios públicos à entidade social, dizia não passar de boataria. Pois bem, o fato é que a “boataria” se concretizou em 18/7 com a entrega das novas creches sob o comando de uma entidade.

Como não há lei de permissão das Organizações Sociais (OS's) na educação, o maquiavélico plano se amparava no Termo de Convenio das creches conveniadas, mesmo que este não deixe clara a possibilidade de entrega de prédio da prefeitura para entidades sociais.

Assim, as duas creches foram inauguradas em 2/7, mas até o momento apenas a Creche Naval está em funcionamento.

Com essa medida, foram prejudicados/as os/as professores/as e agentes de serviços de cozinha aprovados/as em concursos vigentes que aguardam ingresso no serviço público municipal em Diadema além dos profissionais da rede que tinham a expectativa de, com a conclusão das obras, pleitearem a lotação nestes equipamentos.

Mais que isso, a população perde dois espaços educacionais 100% públicos, que deveriam ser prioridade de qualquer governo comprometido com o dinheiro público para o bem público.

O Sindema já denunciou em 2015 e continua denunciando em alto e bom som: a gestão do prefeito Lauro Michels pretende promover um desmonte completo do serviço público em nosso município com a entrega dos equipamentos municipais para entidades privadas, o fim dos concursos públicos, contratações sem limite, sem controle e sem fiscalização, precarização do trabalho e da organização sindical e ameaça ao nosso Instituto de Previdência já que haverá a substituição de servidores públicos por trabalhadores/as terceirizados.

Continuaremos a agir de forma incansável na defesa dos/as servidores/as e do serviço público universal, gratuito e de qualidade contra toda e qualquer tentativa ou prática de privatização e terceirização!

REMOÇÃO EM ESTADO DE ATENÇÃO!

Na Plenária dos Trabalhadores/as da Educação realizada no último dia 30 de junho de 2016, foram identificados vários problemas na Remoção de 2014, além disso, surgiram reivindicações quanto ao processo de Remoção 2016.

O Sindema formalizou por meio de ofício à Secretaria de Educação em relação às reivindicações apresentadas porém não recebemos resposta.

A comissão está sendo formada, com representação sindical. Levaremos nossa pauta para as discussões da comissão, utilizaremos todas as formas possíveis para que haja uma remoção descente nesta cidade.

As/os professoras/es dessa rede precisam ter sua vida funcional tratada com respeito e responsabilidade.

Acompanhem o processo e fiquem atentos aos editais e considerações do Sindema no site do sindicato. Juntos somos mais fortes!



Veja as principais reivindicações pautadas na Plenária:

- Revisão de todos os processos de remoção 2014.
- Regulamentação de módulos por número de classes/ segmento de cada escola como prevê o Artigo 8º § 3º da LC 353 de 12/03/2012
- Contagem de títulos unificada com a progressão e as demais pontuações atribuídas ao que prevê o Artigo 66:
- Garantia da medida administrativa, de acordo com a indicação do Artigo 65 §4º b.
- Indicação as vagas das/os professoras/es restritas/os, fazendo um levantamento minucioso com as escolas.
- Divulgação da lista de lotação das/os professoras/es, para que saibam quem estão substituindo, divulgando também a regra em caso de retorno da/o afastada/o. (as diretoras das escolas fazem anualmente essa lista).
- Respeito a formação da/o professor/a (casos de professores que não tem habilitação para Educação Infantil, foram passados a PEB I e atuam ilegalmente na Ed. Infantil).
- Organização dos HTPCs no primeiro dia letivo do ano, como acontece hoje, com regra expressa no edital de remoção.
- Garantia no processo de remoção da aplicação da Lei do Piso (1/3 da Jornada) para todas as jornadas evitando acordos após a remoção.
- Regulamentação da contagem de tempo para quem, obrigatoriamente é afastado/a para campanha política.
- Informatização do processo de remoção para alimentação da vida funcional durante os 2 anos que a precedem e não apenas para a escolha de vagas via portal.

EXPEDIENTE JORNAL DO SINDICATO é uma publicação do Sindicato dos Funcionários Públicos de Diadema.

Direção do Sindicato: José Aparecido da Silva (Presidente), Mara Neide Ferreira Linhares Hora, Jandyra Massue Uehara Alves, Ana Maria da Silva Santos, Mislene Inocêncio Pereira, Roseli Aparecida de Souza, Domingos Tomaz de Souza, Estela Baptista da Silva, Benedito de Oliveira Lima, Shedd Pegáz, Maria Aparecida Alves Campos, Marcos Henrique Almeida da Costa, Floripes de Aguiar Kikute, João Hélio da Silva. **Conselho Fiscal:** Fonlana Cheung, Absolon de Oliveira, Rosania das Dores Mendes, Raimundo Pereira de Sousa, José Carlos Araujo Silva, Sílvia Helena da Silva. **Delegados junto à Federação:** Renilva Mota Ferreira, Antonio Carlos Gonzaga, Vladimir Murano de Miranda, Cristovão dos Santos.

Edição e Diagramação: Movimento Web & Artes Gráficas / Cláudio Gonzalez (MTb 28961/SP)

O Sindicato fica na Av. Antônio Piranga, 1156, Diadema, SP CEP 09911-160 — Telefone: 4053-2930 Site: www.sindema.org.br Email: sindema@terra.com.br [f/sindema.org](https://www.facebook.com/sindema.org)